



NOVO PORTUGAL

GERAÇÃO DE MUDANÇA

Posição Política da JSD sobre:

LIBERDADE DE ENSINO

JUVENTUDE
SOCIAL DEMOCRATA





JUVENTUDE
SOCIAL DEMOCRATA



Conselho Nacional

Paços de Ferreira
14 e 15 de Maio de
2010

Liberdade de Ensino



A liberdade de Ensino constitui hoje uma das últimas Garantias de liberdade para o sucesso pessoal de cada indivíduo, sendo uma via para a mobilidade social. Da Liberdade de Ensino fazem parte duas dimensões fundamentais, liberdade de aprender e liberdade de ensinar. A liberdade de ensino pressupõe assim uma via para o sucesso do processo educativo, mas acarreta também riscos e dificuldades de concretização e sucesso na sua implementação na realidade. O presente documento sustenta uma reflexão da JSD sobre o tema da Educação, relacionando-o, intimamente, com a Liberdade de Ensino!



Índice

- Introdução página 5
- O Sistema Educativo em Portugal (análise e diagnóstico) página 7
- Missão da Escola página 13
- Estudo Internacional sobre Sistema de Educação página 15
- Posição da JSD sobre Educação página 23
- Autonomia das escolas página 28
- Conclusão página 34

Introdução

A necessidade da JSD se assumir como uma estrutura política liderante, em particular no que aos temas que interessam à juventude portuguesa diz respeito, pressupõe a reflexão, o debate, a consulta de documentos técnicos e formulação de opinião sustentada e credível, sendo só assim possível dar uma resposta eficaz às preocupações dos jovens Portugueses.

Neste sentido, o presente documento apresenta-se como um documento de suporte da posição política da JSD sobre a temática da Educação, desde o Ensino Básico e Secundário, até ao Ensino Superior.

O ano de 2010 fica marcado como um novo começo das sociedades modernas e do mundo globalizado.

A Europa deve sair reforçada da crise económica e financeira.

A necessidade de criarmos um futuro sustentável obriga a ultrapassar uma mera visão a curto prazo.

Neste sentido foi desenvolvida a **Estratégia 2020** para a Europa, com o objectivo de: *“criar mais emprego e assegurar melhores condições de vida. Esta estratégia demonstra a capacidade da Europa para gerar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, para encontrar os meios para criar novos postos de trabalho e para propor um rumo claro às nossas sociedades.”*

Portugal, país muitas vezes olhado como o parente pobre de uma Europa a 27, deve ambicionar mais do que cumprir ou aproximar-se dos valores médios da União Europeia, devendo antes desenvolver uma estratégia de crescimento e estabilidade própria, que lhe permita alcançar a médio prazo um crescimento económico e desenvolvimento social exemplar para todos os seus congéneres europeus, e parceiros internacionais.



A Educação é por isso uma aposta estratégica de Portugal para as próximas gerações.

Consideramos ser a Educação o único agente que fomenta e cria a oportunidade para a mobilidade social, e deve por isso ser um instrumento de equidade, justiça, solidariedade, mas também de valorização do mérito, do rigor, e um promotor da excelência, sem nunca divergir para fenómenos de exclusão dos mais desfavorecidos ou menos capazes.

A Escola é por isso uma *Oficina de Valores* antes de mais, à qual se segue uma *Academia de competências e saberes*, que deverá formar para o saber e para o saber fazer, dotando os cidadãos de conhecimento e princípios que permitam um projecto de vida integrado socialmente.

O Sistema Educativo em Portugal (análise e diagnóstico)

1. Orientação Estratégica Europeia para o Conhecimento – Estratégia 2020

A Estratégia de Lisboa estabelecia como prioridade para a Europa, na perspectiva de um crescimento inteligente, a necessidade de “criar uma economia baseada no conhecimento e na inovação”.

A crise económica e financeira que hoje enfrentamos, com todos os constrangimentos que lhe estão adjacentes, vem demonstrar que os princípios enunciados na estratégia de Lisboa, em particular no que ao crescimento diz respeito, devem não só ser renovados e promovidos na Europa, como enfatizados nos Estados-Membros.

A União Europeia tem como iniciativa emblemática: “**Uma União da Inovação**”, onde destaca, de entre as prioridades nesta iniciativa, o seguinte:

“ A necessidade de promover parcerias do conhecimento e reforçar a articulação entre o sistema educativo, as empresas, e a investigação, nomeadamente do IET, e promover o empreendedorismo através do apoio às Jovens Empresas Inovadoras”

Por outro lado, a nível nacional, aos Estados-Membros compete:

“-Assegurar a realização de investimentos eficientes nos sistemas educativos e de formação a todos os níveis (do Ensino Pré-Escolar ao Ensino Superior);

-Melhorar os resultados escolares, relativamente a cada ciclo (pré-escolar, primário, secundário, profissional e superior) através de uma abordagem integrada, que abranja as competências-chave e vise a redução do abandono escolar precoce;



-Aumentar a abertura e relevância dos sistemas de ensino mediante a criação de quadros nacionais de qualificações e orientando melhor a aprendizagem para as necessidades do mercado de trabalho;

-Facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho através de uma acção integrada que abranja nomeadamente, os serviços de orientação e aconselhamento e a aprendizagem”

A Escola não pode, por isso, continuar a ser mais um pilar institucional e fechada sobre si mesma na sociedade.

A Escola como *arquipélago na formação* é um conceito extinto devendo antes ser um espaço de crescimento pessoal e social de cada indivíduo exigindo-se muito mais *“sociedade na educação”*(António Nóvoa).

2. A Autonomia das Instituições Educativas e novos compromissos pela Educação

(CNE – Actas de um seminário realizado em 6 de Novembro de 2006)

A Autonomia das Instituições Educativas e Novos Compromissos pela Educação foi o tema de um Seminário do Conselho Nacional de Educação, que antecipava já muitas das questões que se colocam na cena internacional presente, relativamente ao papel da Escola na sociedade.

A autonomia e a Gestão&Governança da Escola são temas fundamentais aos quais relacionamos o binómio Escola-Sociedade, nomeadamente na participação de professores, pais, alunos, agentes locais, autarquias e tecido empresarial e social com a Escola, na definição de um projecto educativo autónomo, o que não tem, nem deve, que corresponder necessariamente à definição de um modelo contratualizante entre a escola e o Estado, valorizando um princípio de liberdade de ensino e de aprendizagem no processo formativo.

Os chamados *novos contratos de autonomia das escolas*, aos quais se relacionam processos de avaliação interna e externa, com o *“envolvimento da comunidade educativa e a opção por uma gestão com sentido estratégico para vincar a busca da qualidade, a organização de uma oferta formativa de excelência e a orientação para a melhoria dos resultados dos alunos, como objectivos-chave de todo o projecto”* constituem assim as questões-chave para o sucesso de uma escola moderna e contextualizada com as novas exigências.

Por outro lado, o Prof. Doutor Antonio Nóvoa, no discurso proferido na Assembleia da República, por ocasião da Abertura do Debate Nacional de Educação (2006) afirmava:

*“Ao longo do século XX, fomos atribuindo cada vez mais missões à escola e esta deixou-se inebriar por solicitações que, aparentemente, a dignificavam na sua missão. Não tenho tempo para descrever este processo a que tenho chamado o **transbordamento***

da escola. Mas deixo-vos um apontamento incompleto, escrito depois de uma leitura rápida dos últimos meses do Diário das Sessões desta Assembleia.

- Aqui se referiu o papel da Escola na educação ambiental e, em particular, no que diz respeito às questões do mar e da protecção das florestas;

- E referiu-se também o seu papel na protecção civil e na segurança, ensinando as crianças a lidarem com o risco e com situações de emergência;

- E referiu-se ainda o seu papel na preservação do património cultural, dos monumentos, das tradições e das culturas locais;

- Aqui se referiu o papel fundamental da Escola na educação para a saúde, nas suas múltiplas vertentes, desde a saúde oral até ao combate às epidemias e, em particular, à gripe das aves;

- E referiu-se também o seu papel na prevenção da toxicod dependência e do tabagismo, bem como na promoção de comportamentos saudáveis;

- E referiu-se ainda o seu papel na educação alimentar e numa correcta aprendizagem de hábitos de consumo, aos mais diversos níveis;

- Aqui se referiu o papel da Escola na educação sexual, combatendo assim um dos dramas maiores da sociedade portuguesa, sobretudo nos meios mais pobres;

- E referiu-se também o seu papel na prevenção dos acidentes, através de uma cuidadosa educação rodoviária.

- E referiu-se ainda que a escola não pode alhear-se de um conjunto de "cuidados" a prestar às crianças e chamou-se a atenção para o seu papel no combate aos maus-tratos, aos abusos sexuais e à violência no seio da família.



- *Aqui se referiu o papel da Escola na educação para a cidadania, na promoção dos valores, na prevenção da delinquência juvenil e na criação de ambientes sociais e familiares seguros;*

- *E referiu-se ainda a necessidade da Escola assegurar o "pleno desenvolvimento físico, intelectual, cívico e moral dos alunos".*

- *E – como não podia deixar de ser – aqui se referiu a importância das necessidades educativas especiais, aqui se insistiu na aprendizagem das novas tecnologias e na aquisição de "competências de empregabilidade", etc. etc. etc.*

Tudo isto apenas nos últimos meses de debates nesta Câmara. E tudo isto é justo e acertado. E tudo isto merece ponderação. E nenhum de nós se atreveria a excluir uma única destas tarefas da lista de tarefas da Escola. Mas será que a ela pode fazer tudo isto, para além daquela que é a sua missão primordial? A minha resposta é não. A escola está esmagada, sufocada, por um excesso de missões.

Importa, pois, recentrá-la nas actividades especificamente escolares, o que obriga, por outro lado, ao reforço de um espaço público de educação, no qual as famílias, em primeiro lugar, mas também as empresas, as igrejas, as associações, os centros de saúde ou as autarquias, entre tantas outras entidades, assumam as suas próprias responsabilidades.

Eu sei que, em certos meios, esta evolução é difícil e a escola não pode abdicar da sua acção social. Mas não quero ver no meu país o que acontece noutros países: uma escola que é essencialmente um "centro social" nos meios mais pobres e uma outra centrada na aprendizagem nos meios mais favorecidos. Em nome da democratização estaríamos a tornar os frágeis ainda mais frágeis.

(...)

Há quanto tempo repetimos, em Portugal e no resto do mundo, que os currículos e os programas são demasiado extensos? Mas todos os dias lá colocamos uma nova

disciplina, um novo conteúdo programático, uma nova competência. E depois... os professores que resolvam o problema como puderem.

(...)

No seu discurso de tomada de posse, o Presidente da República afirmou que a escola, mais do que ensinar, deve ensinar a aprender, acrescentando mesmo que mais decisivo ainda era "aprender a empreender". Não é um dilema fácil de resolver, pois é preciso estabelecer prioridades e não basta dizer que tudo é importante. Estamos preparados para o enfrentar? Ou é mais fácil enviar tudo para dentro da Escola e, depois, culpar quem lá está pelo "desastre da educação"?

(...)

Mas nada disto nos resolve o problema, cada vez mais agudo, dos alunos que não querem aprender, daqueles para quem a escola não tem sentido e que são causadores de grande parte das perturbações nas nossas escolas. (...) O grande desafio da pedagogia, dos melhores professores, é conquistar estes alunos para o esforço da aprendizagem, para o trabalho escolar.

(...)

Não há nada, absolutamente nada, que substitua um bom professor. O seu exemplo, a sua inspiração, acompanham-nos pela vida fora. Da existência de bons professores, e do seu prestígio, depende, e muito, o futuro das nossas escolas. (...) ”.

A missão da escola é por tudo isto mais exigente e difícil do que nunca, exuberante no que lhe compete formar, e do sucesso do cumprimento da sua missão resulta o sucesso ou insucesso na vida de muitos indivíduos, mas, hoje, inequivocamente das sociedades e futuras gerações.

Missão da Escola

1. Escola Integradora e agente de mobilidade social

Não queremos uma Escola em que *“A Educação em Portugal que ainda é uma espécie de “passe-vite” em que as desigualdades sociais à partida são as desigualdades sociais à saída e essa não era a promessa da Modernidade para a Escola” (Joaquim Azevedo).*

Não compete por isto mais à Escola combater as desigualdades sociais. Tal problema encarna uma complexidade e uma resposta que está para além das competências, capacidades e até mesmo da missão da Escola. A Escola deve antes ser um espaço conhecedor, consciente e consciencializador das desigualdades sociais, e dessas desigualdades fazer um ponto de partida para envolver e trabalhar, em termos educativos a promoção de todos.

Tal domínio estabelece que o papel da sociedade aqui não pode manter-se; (1) no conforto da responsabilidade secundária no combate à exclusão social e do conhecimento por parte dos indivíduos e da sociedade, (2) tendo um papel supletivo relativamente à Escola no domínio da formação.

A Escola será antes uma parte integrada da Sociedade e a Sociedade uma parte integrante da Escola, com parcerias efectivas estabelecidas no desenvolvimento de um projecto educativo que responda eficazmente às exigências de combate à exclusão social e veículo de mobilidade que se pretende atribuir à Educação.

2. A Governabilidade e a Governança da Educação

Existem hoje novos agentes na sociedade que não se podem demitir, e muito menos ser demitidos da sua responsabilidade perante a Educação. Os contextos que hoje enfrentamos e que encerram novas realidades obrigam à participação social e cultural,



e *“todos temos que ter um lugar na Educação. Todos somos poucos para a empresa que nos espera.”* (Joaquim Azevedo).

Neste domínio, aceite o princípio da participação e intervenção, surge desde logo a questão:

“Como é que se fortalece a presença da sociedade na educação?”

Ora este é precisamente a questão que conduz a JSD a defender uma maior ***Liberdade de Ensino.***

Estudo Internacional sobre Sistema de Educação

Melhores Escolas para a Europa

A eficiência da Escola, no que respeita à relação entre despesas de educação e a *performance* dos estudantes, tem-se revelado insuficiente, sendo que os Países têm apostado cada vez mais na Educação, aumentando a comparticipação e esforço financeiro por parte do Estado na Educação, sem que a isso correspondam resultados de melhoramento e eficiência do Sistema.

Tal problema não é apenas uma realidade nacional mas, nomeadamente ao nível europeu, os dados revelam essa ineficiência.

Isso mesmo revela o estudo de **Erich Gundlach e Ludger Wößmann** denominado Melhores Escolas para a Europa.

Como resumo do estudo podemos ler o seguinte:

“Time-series evidence for a number of European countries shows that rising educational expenditures have not improved student performance. We speculate that the apparent decline in European schooling productivity reflects inefficient schooling institutions. International cross-section evidence suggests that the performance of students in many European countries could be vastly improved by changing the institutions which govern the incentives of students, teachers and the school administration. For instance, we find that centralised exams, school autonomy in personnel decisions, and competition from private schools boost student performance. Hence educational policies in Europe should focus on institutional reform rather than on additional spending.”

Ora, tal estudo, vem sustentar a visão da JSD sobre *a Liberdade de Ensino em Portugal*, e evidencia a necessidade de estabelecer uma reforma profunda no modelo Educativo Nacional.

Uma nova abordagem, com uma conseqüente reforma das instituições educativas, deve por isso ser considerada na relação entre o Estado e a Escola, introduzindo-se alterações na gestão e governação, redefinindo o papel dos principais actores do processo educativo nos dias de hoje, apostando fundamentalmente no sucesso individual de cada estudante e nas competências que estes adquirem como valor fundamental do processo educativo. Só assim poderemos melhorar a *performance* de cada estudante.

No mesmo diploma poderíamos ler que a fórmula para melhorar o comportamento e as competências evidenciadas pelos estudantes passava pelas seguintes conclusões dos dois investigadores:

“We find that for a given amount of schooling resources, the performance of students in many European countries could be vastly improved by changing the institutions that govern the incentives of students, teachers and the school administration. Among the institutional features that appear to be most conducive to student performance are nationwide examinations, administrative control mechanisms in curricular and budgetary matters, school autonomy in process and personnel decisions, choice of teaching methods by individual teachers, limited influence of teacher unions and competition from private educational institutions.”

O Estudo de Erich Gundlach e Ludger Wößmann avalia, entre outras, as seguintes questões:

1. Despesas de educação e *performance* dos estudantes: a produtividade da Escola
2. Políticas de fomento da produtividade das escolas: “as instituições importam”
3. Exames nacionais centralizados
4. Competição com escolas privadas
5. Melhores escolas na Europa

No presente documento apresentamos apenas algumas conclusões retiradas de cada um dos pontos do referido estudo.

Assim, ficamos a saber mais no que respeita a:

1. Despesas de educação e *performance* dos estudantes: a produtividade da Escola

Na média dos Países da União Europeia, apesar das despesas com as escolas contarem mais para o Produto Interno Bruto e Emprego do que muitas empresas, muito pouco se sabe sobre as mudanças na produtividade das escolas.

As escolas não mudaram os seus métodos ao longo do tempo, e são vistas como indústrias sem desenvolvimento nem grande progresso nos seus processos “produtivos”, se assim podemos chamar à missão da Escola.

Disso nos dá nota o mesmo estudo nos seguintes parágrafos:

“(...) Like other services, schooling is most likely a sector with stagnant productivity. Similar to performing a symphony or a haircut, schooling is labour intensive and the methods used may not have changed much over the past quarter century. This is in stark contrast to technological developments in manufacturing industries. The labour input required to produce an automobile has declined significantly, but performing a symphony or a haircut requires the same amount of labour input as ever. Schooling may not be very different.

The productivity of schooling can be measured as units of schooling output per units of schooling input. Schooling output is the number of students taught and schooling input is spending on education at the primary and secondary level. A plausible first guess would be that schooling productivity, like haircut productivity or symphony productivity, does not change by much over time: in all cases, the consumer is part of the product, production is labour intensive, and the technology is tried and tested. What hinders productivity growth is the combination of these features. Hence in theory, schooling should be a sector with stagnant productivity, where the same amount of input resources always produces the same amount of output. (...)”

O que Erich Gundlach e Ludger Wößmann defendem é que a *performance* dos estudantes permanece constante, embora as despesas com a educação subam mais rapidamente do que a produtividade cresceu, sem que isso signifique um melhoramento na qualidade das escolas.

Concluiu-se que:

“(...) In the other European countries, even substantial increases in schooling resources did not boost schooling quality. This finding confirms a large microeconomic literature, which has failed to identify a positive relation between additional schooling inputs and student performance (see, for example, Hanushek, 1996; Hoxby, 2000). A potential explanation for our finding is that the family background of the students might have worsened. Students coming to school today may lack many of the basic capabilities required for a successful education and may, therefore, be increasingly expensive to educate. Such effects may play a significant role in countries with a large inflow of immigrant families with school-aged children or in countries with rising levels of poverty.

On average, parents in the European countries considered enjoy higher incomes and are better educated than parents 25 years ago, and the number of children per family has declined. Hence children may actually start schooling with better basic capabilities than ever before. For European countries, the net effect of the trends in the different family background influences is not known. For the United States, Grissmer et al., (1994) estimate that the net effect has worked in the direction of making students better prepared for learning. In case such an outcome would also apply for European countries, the missing positive performance effects of increased educational spending would be even more severe than indicated by our calculations. (...)”

Podemos concluir neste ponto que as instituições não têm sido eficazes nos resultados da sua produtividade, embora o investimento tenha crescido a um ritmo muito superior ao da *performance* dos estudantes.

Parece assim evidente, que há muito a fazer no que respeita à lógica como a Educação tem sido considerada nos últimos anos, não apenas em Portugal, como em muitos países europeus, impondo-se uma nova estratégia, com vista à eficácia do sistema educativo.

2. Políticas de fomento da produtividade das escolas: “as instituições importam”

A maioria das escolas da Europa é financiada e gerida publicamente. As políticas e as instituições estabeleceram vários níveis de governabilidade que aumentaram os incentivos aos estudantes, professores, e administradores escolares para que usassem os recursos disponíveis: o objectivo seria maximizar uma utilização individual dos recursos, de forma a contrariar os constrangimentos que defrontavam.

Apesar de na economia, os actores que usam indevidamente os recursos que lhe são disponibilizados, ou que a esses recursos não corresponde uma evidente eficiência, geralmente são responsabilizados.

Contudo, na educação o fenómeno é distinto: a falta de competição entre instituições criou incentivos, que contrariam a *performance* dos estudantes, e resultam numa utilização ineficiente dos recursos disponíveis. Como consequência, aumentamos os custos e o preço de custo, como foi anteriormente explicado.

Este estudo debruçou-se ainda sobre as principais questões dos sistemas de ensino de cada País; os exames centralizados, a distribuição do poder dos processos de decisão das escolas entre a escola e os corpos governativos; o nível de influência dos professores e sindicatos de professores nas políticas da escola; o alargamento da competição para o sector das escolas privadas.

Contudo, e antes de analisar o resultado empírico destes aspectos, devemos não esquecer outros factores muito relevantes do *background* familiar de cada estudante e da sua família.

“(...) we must control for the possible effects of family background and schooling resources on student performance. Without giving detailed results here, we find that the educational level achieved by parents is strongly positively related to their children’s educational performance and that there is no strong positive relationship between spending and student performance (8). (...)”

Contudo, vamos focar-nos apenas nos 4 tópicos de avaliação relativamente aos sistemas educativos:

3. Exames centralizados:

Sobre esta matéria podemos encontrar no estudo de Erich Gundlach e Ludger Wößmann:

“Centralised exams introduce transparency: parents can assess the performance of children, teachers and schools; heads of schools can assess the performance of teachers; and the government and administration can assess the performance of different schools. Hence we should expect centralised exams to boost student performance.(...)”

4. Tomar decisões entre Escolas e os seus corpos governativos – Autonomia das Escolas

“(...)Whether granting more autonomy to schools will boost student performance is hard to predict. On the one hand, the educators within a given school should know more than central administrators about the most effective teaching strategies tailored for their specific sample of students. Heads of schools should also have more knowledge than central administrators of which teachers to hire and of who deserves promotion or a raise in salary, given a fixed overall school budget. On the other hand, putting decisions on the size of the school budget in the hands of the school may make it easier for school personnel to reduce their workload. Hence more school autonomy

may be good for student performance if, and only if, there are external standards and assessments which can control for school performance.(...)"

5. Competição com escolas privadas

A competição com escolas privadas, que se relaciona intimamente com o princípio de liberdade de ensino, demonstra, no estudo apresentado, padrões de transparência e qualidade. Para além disso, corresponde a um aumento da competitividade, tomemos o exemplo dos exames centralizados, o que provoca uma melhoria substancial da *performance* apresentada pelos estudantes.

Neste sentido podemos ler:

"(...) The level of competition that public schools face from private schools is another important institutional feature. Because the loss of students to private schools may harm the heads of public schools in terms of reputation and money income, increased competition from private schools should have a positive effect on the efficiency of resource use in public schools. As a result, aggregate student performance may increase if the share of privately managed educational institutions increases.(...)"

"(...) Overall, our empirical results reveal that having centralised exams and a large private schooling sector seems to be conducive to student performance. Generally, school autonomy seems to have a positive impact - but only when schools are given extensive decision-making powers over the purchase of supplies, the hiring and rewarding of teachers within a given budget, and the choosing of instructional methods. Giving schools power over designing the curriculum syllabus, approving textbook lists, and determining the school budget seems to be detrimental to student performance. The effect of teachers' influence seems to depend on how it is exercised. Students seem to benefit from their teachers' having influence over the curriculum, but only when they act as individuals and not as part of a union.(...)"



O estudo termina com uma conclusão:

“Se a Europa quer melhorar a performance educativa dos seus estudantes, tem que melhorar a estrutura institucional dos sistemas escolares!”

Posição da JSD sobre Educação

1. Paradigma Global – Liberdade de Ensino

O carácter personalista, defendido e afirmado como valor fundamental pelo PSD, pressupõe a liberdade de escolha e de auto-afirmação e determinação por parte dos indivíduos, considerando os seus interesses, a sua condição, as circunstâncias que o envolvem e a responsabilidade por um percurso pessoal e particular, que em nada poderá ser formatado e igualado a outro qualquer.

Nos dias de hoje a educação apresenta-se como um último reduto na possibilidade de mobilidade e ascensão social por parte dos indivíduos, daí resultando a sua capital importância nas sociedades modernas, que se pretendem fortemente evoluídas e competitivas com base no conhecimento e na evolução tecnológica e científica, não havendo mais margem para experiências falhadas ou insensatas no que à Educação diz respeito.

Tema de recorrente discussão e reflexão por parte da JSD, a Educação assume-se como a mais importante bandeira da Juventude Social Democrata.

Esta discussão, que se pretende livre e desprovida de preconceitos, pretende ser também eficaz e capaz de formular uma proposta credível e de futuro para a sociedade portuguesa, devendo por isso assentar sobre uma ideia chave e desenvolver-se através de uma orientação focalizada num objectivo principal: como apresentar uma visão para a Educação em Portugal.

Neste sentido a *liberdade de ensino* aparece assim como questão de fundamental discussão, em especial em duas vertentes fundamentais: a *Liberdade de Aprender* e a *Liberdade de Ensinar*.

2. Liberdade de Aprender

A liberdade de aprender deve constituir um pilar fundamental na autodeterminação e valorização da pessoa humana como centro e objectivo fundamental da transmissão de conhecimento e aquisição de competências dos cidadãos em geral.

Os percursos de vida não são mais idênticos entre pares e os interesses, motivações, e exercício de actividade no contexto social, seja do ponto de vista profissional como nas escolhas de vida de cada um, são cada vez mais heterogéneas e distintas entre si.

Importa por isso permitir que cada indivíduo possa ser responsável pela sua formação e aquisição de competências, devendo para isso fazer uma escolha informada, consciente e com o auxílio necessário, orientando cada percurso formativo para o sucesso e realização pessoal.

Tal propósito não pode deixar de pressupor que um conjunto vasto de competências transversais seja transmitida e garantida no percurso de vida de cada um, mas a escolha de componentes de formação na formulação do percurso académico de cada indivíduo deve ser incentivada e fortalecida, desde os primeiros anos de ensino.

O rigor e a excelência, através de uma cultura de valorização do esforço e do mérito, deverão estar presentes em cada percurso, mas uma solução integradora e de acompanhamento personalizado deve sobrepor-se a qualquer teoria de exclusão ou marginalização de pessoas com dificuldades.

Esta é uma questão pouco aprofundada na sociedade portuguesa, em especial no que respeita ao ensino básico e secundário, dado que o processo de Bolonha apresenta tais princípios como ideia basilar do processo formativo no ensino superior.

Contudo, mesmo no ensino superior, urge afirmar Bolonha como um processo de formação que converge com a liberdade de aprender de cada indivíduo, porque a vida de cada um, embora apoiada e orientada no caminho da realização pessoal e da felicidade, é da responsabilidade de cada um, e por isto mesmo, o modelo de transmissão de conhecimentos indiferenciado encontra-se hoje esgotado.

Como estruturar uma sociedade baseada no conhecimento e na livre aquisição de competências por cada indivíduo, com eficácia e sucesso, é portanto a grande questão que se coloca nos dias de hoje, no que à liberdade de aprender diz respeito.

3. Liberdade de Ensinar

O direito à escolha de formação e à qualificação orientada de acordo com o perfil identitário de cada indivíduo não pode corresponder a um corolário de opções de sucesso, sem que essas opções tenham desde logo a sua possibilidade matricial: a própria opção de escolha!

Para que a opção de escolha seja uma realidade, a liberdade de ensino revela-se imperiosa no contexto educativo.

A liberdade de ensinar pressupõe uma maior autonomia das escolas o que, contudo, não poderá corresponder a uma conseqüente lógica de “arquipélago escolar”, onde a escola se transforma numa ilha em relação à da sociedade geral.

Deve por isso haver uma relação umbilical da escola, com os agentes educativos, estudantes e professores, mas também com as famílias, as autarquias, as instituições locais e regionais, sejam de solidariedade social ou quaisquer outras.

A um reforço de competências no que à liberdade de ensinar diz respeito, supondo um projecto educativo, tem desde logo como fundamento a liberdade de definição de conteúdos programáticos, de acordo com a realidade onde a escola se insere, do ponto de vista regional, social e económico, até à capacidade de escolha do seu quadro de recursos humanos, comprometido com esse mesmo projecto escolar.

A liberdade de ensinar, seja num serviço público de qualidade, ou num serviço escolar privado que não seja meramente supletivo de um serviço público, ou ao abrigo de instituições religiosas, mas que se afirme como um serviço de qualidade, acessível a todos, é então uma resposta para a liberdade de escolha no processo de aprendizagem de cada estudante, sendo competências do Estado a regulação da rede, a contratualização dos objectivos de cada projecto-escola, o financiamento, a definição

de conteúdos programáticos fundamentais na aprendizagem e, por fim, a garantia de um sistema nacional de avaliação que garanta a qualidade e a aquisição de competências por parte dos estudantes.

Contudo, a possibilidade da criação de um sistema perverso, com escolas de elite e escolas de mediocridade, com desresponsabilização do Estado na formação dos indivíduos, introduzindo um sistema regulado pelo capital de cada família a determinar o acesso à formação de qualidade de cada indivíduo, ou o facilitismo na aquisição de competências por parte dos estudantes, resultam em ameaças muito presentes com efeitos apocalípticos na vida de cada criança e jovem, comprometendo irremediavelmente o futuro das sociedades actuais e futuras.

Assim, a liberdade de ensinar é um modelo que privilegia a escolha, e por consequência a autodeterminação personalista de cada indivíduo, mas ao mesmo tempo acarreta riscos aterradores para as sociedades modernas.

Está assim lançado o debate no que à liberdade de ensinar diz respeito.

4. Palavras-chave:

- Liberdade de ensino, liberdade de aprender, liberdade de ensinar, autonomia, participação, avaliação, governação por contrato, liberdade de escolha, mérito, acesso equitativo, personalismo, direito à diferença e à afirmação da diferença.

5. Contexto

O presente documento parte da necessidade de estabelecer uma verdadeira reforma educativa em Portugal, rompendo com os cânones tradicionais da formação, sustentando tal reforma num princípio fundamental:

Liberdade de Ensino

Esta liberdade de Ensino não é tanto uma solução educativa para um determinado contexto ou idade formativa mas antes um princípio de formação que a JSD entende ser o caminho na adopção de um modelo formativo para um Portugal de futuro das próximas gerações.

Esta liberdade de Ensino traduz-se numa lógica formativa que responde a dois outros princípios:

- 1. A liberdade de Aprender**
- 2. A liberdade de Ensinar**

Tais princípios correspondem a verdadeiras reformas pois desde logo, para que seja uma reforma efectiva, sugerem uma redefinição daquilo que hoje é considerado como: (1) Autonomia das escolas, (2) Gestão da Rede, (3) Acesso e equidade, (4) Definição do modelo de formação, modelos formativos e competências pedagógicas, (5) Gestão e Direcção das Organizações escolares.

Autonomia das escolas

Projecto Escola e compromisso dos professores

Não poderemos considerar a existência de uma verdadeira autonomia na rede escolar sem permitir que as escolas possam elas próprias estabelecer o seu **projecto escola**, com as consequências que a tal definição de projecto obriga, nomeadamente a contratação de um quadro de pessoal, a definição de um projecto formativo sólido mas diversificado e a gestão de recursos financeiros, humanos, materiais e administrativos com a flexibilidade necessária que se exige ao cumprimento da missão da rede escolar, comprometida com determinado projecto escola.

Dentro da autonomia, o fenómeno da contratação do pessoal docente representa aquele que poderá ser considerado um dos principais pontos de maior sensibilidade na resposta à intensificação de um projecto de autonomia escolar.

A autonomia das escolas, no respeito pelo princípio de liberdade de ensino, pressupõe uma auto-definição de um projecto escola, que em sintonia com um quadro mínimo de competências fundamentais definidas pelo Estado, deve procurar estabelecer aquele que será o factor diferenciador (e por isso preferencial no momento de escolha) da restante oferta da rede formativa.

Ora não é possível estabelecer um verdadeiro projecto de escola, considerando um quadro de pessoal docente recrutado pura e simplesmente baseado num programa informático em função da média de fim de curso e nas frágeis avaliações a que determinado docente foi sujeito.

Assim, tal como acontece na esmagadora maioria das profissões, as escolas devem poder ter a liberdade de contratar o seu próprio pessoal docente, com base em critérios definidos *a priori*, que garanta assim, a identificação e a possibilidade de compromisso por parte de determinado docente com o projecto educativo da sua escola.

O concurso nacional de colocação de professores é então substituído por um modelo de contratação por cada escola, com base em critérios de contratação aprovados por um conselho científico-pedagógico, que averigüe a identificação e capacidade de compromisso de determinado docente com a realidade formativa presente naquela unidade de formação.

Definição do modelo de formação, modelos formativos e competências pedagógicas

A autonomia das escolas deve ela própria consagrar, no momento em que estabelece o seu projecto escola, o modelo formativo que pretende adoptar.

A um quadro mínimo de competências gerais, estabelecidas a nível nacional, que garanta requisitos mínimos e aprendizagens transversais a todos os estudantes, deve, cada escola, estabelecer um quadro de complementos de formação, que traduza claramente um perfil formativo de cada escola.

As unidades curriculares variam assim em cada nível de formação entre si, de escola para escola, devendo a lógica de formação ser definida na própria escola.

Esta autonomia não deve porém corresponder a um “feudo” formativo de determinados agentes do processo educativo.

O Projecto escola é antes uma resposta às idiossincrasias regionais e locais, considerando o tecido social, empresarial, económico e político de determinada região e a missão escolar a que determinada escola se propõe, privilegiando na definição deste processo formativo uma relação íntima com parceiros externos, públicos e/ou privados, que se demonstrem relevantes para a definição desse projecto.

Gestão da Rede

Outro erro comum, quando falamos da elevação da autonomia das escolas ao nível do processo formativo tem que ver com duas preocupações:

1. A regulação da rede e das necessidades formativas a nível nacional
2. Garantia da qualidade e a regulação de todo o sistema.

Entendemos que a gestão da rede terá de ser garantida centralmente pelo Estado, que não contrariando a autonomia das escolas, pode, e deve, estabelecer um quadro nacional de referência estratégica para o sector da educação, de forma criar uma rede de oferta formativa equitativa e equilibrada, que possa traduzir-se numa resposta para as necessidades formativas do país e não constituir um aprofundamento do problema.

A regulação poderá falhar, e é certo que muitas vezes falha, exemplo paradigmático: o erro reconhecido de falha na regulação da rede de ensino superior...

Contudo, a falha de um sistema regulador eficaz, não deve comprometer a existência de um princípio de livre autonomia no sistema educativo nacional.

A garantia da qualidade e a regulação do sistema ficarão assim asseguradas por uma alta entidade responsável pela matéria, com competências sobre a avaliação e regulação de todo os sistema de rede escolar, e que terá como missão fazer cumprir um projecto de escola comprometido com as directrizes nacionais no que ao quadro de qualificação mínimo por parte dos alunos diz respeito, assim como às necessidades de formação de médio e longo prazo por parte do País nos mais variados sectores.

Competirá a esta entidade a aprovação dos cursos de formação apresentados por cada escola de acordo com o seu projecto escola.

Acesso e equidade

O ensino privado é hoje visto e entendido como supletivo do sistema de educação público. Tal processo traduz-se na garantia do Estado de responder a totalidade das

necessidades de formação por parte da população portuguesa, sem que muitas vezes haja uma preocupação evidente com a qualidade da oferta disponível.

A opção de escolha distinta da oferta na rede pública aparece como uma opção emancipada e em virtude de uma escolha de formação oferecida pelo ensino privado, que regra geral, pelo menos ao nível do ensino não superior, se afirma pela qualidade do serviço prestado e que em muitos casos é promovido por instituições de carácter religioso.

O acesso não é (1) nem equitativo, (2) nem selectivo, sendo antes massificado e não considera as necessidades específicas de formação de um qualquer indivíduo.

A possibilidade de formação de um jovem numa instituição privada está por tudo isto longe de se estabelecer de acordo com um projecto de vida, projecto de formação ou promoção da qualificação tendo em vista a mobilidade social. A escolha é antes resultado, em primeira instância, da capacidade financeira das famílias, que regra geral, são quem suporta o custo de ter um estudante no ensino privado, sem que possam usufruir do apoio que o Estado presta a outros contribuintes, considerando o custo da formação de alunos no ensino público.

A equidade do sistema pode também aqui ser posta em causa, nomeadamente nas seguintes dimensões:

1. A qualidade do serviço prestado não está ao alcance de todos, uma vez mais só as famílias economicamente mais favorecidas podem suportar os custos de uma educação de qualidade prestada em instituições privadas;
2. O custo que o Estado teria com estas famílias com a formação das crianças e jovens não é reposto à família, que embora seja contribuinte como todas as outras famílias, não tem o mesmo nível de apoio do Estado para o qual contribuiram, como todas as outras famílias.

A justiça social da formação num modelo de supletividade e relativização da qualidade perante a responsabilidade social do Estado na formação de todos é então duplamente injusta pelos princípios acima enunciados.

A equidade está assim relacionada com o acesso, na relação directa com o custo a pagar por uma formação de qualidade.

Gestão e Direcção das Organizações escolares

A adopção de um projecto de escola integrado socialmente e comprometido com o desenvolvimento regional e de cada indivíduo só pode ser alcançado quando da gestão escolar fizerem parte agentes externos à própria unidade escolar.

Além dos principais agentes do processo educativo, Professores e Estudantes, os Pais, o tecido empresarial local, a autarquia, Instituições Privadas de Solidariedade Social, associações culturais e clubes desportivos podem e devem ter uma componente muito relevante na definição do que pode e deve ser a Escola.

A sua participação deverá ser considerada no modelo formativo ao nível dos conteúdos curriculares, pedagógicos e científicos, mas fundamentalmente, na gestão da organização.

O Papel do Estado na Liberdade do Sistema de Ensino.

Num verdadeiro projecto de autonomia escolar, com total independência e liberdade de Ensino por parte das escolas, compete ao Estado uma função estratégica, de garantia da qualidade, regulação da rede, instituição de um clima de credibilidade e transparência no sistema de avaliação, com parâmetros nacionais e equitativos dos modelos de formação.

Assim, a JSD propõe a instituição de **um contrato programa-educativo** entre as instituições de Ensino, públicas ou privadas, onde é definido o quadro de competências mínimas que um determinado estudante deve ter no final da sua

formação, e onde é firmada a responsabilidade da Escola perante cada formando com base no projecto escola por ela estabelecido.

Deste contrato programa, constará o financiamento por aluno a essa instituição por parte do Estado, considerando o projecto formativo adoptado.

A Regulação e a Garantia da Qualidade

A instituição de um organismo competente para avaliação e garantia da qualidade do sistema de ensino, a par da regulação da rede de oferta formativa a nível nacional, terá de ser constituída por um painel de técnicos especialistas na matéria.

Contudo, a aferição de uma aquisição de competências eficaz por parte dos estudantes só se garante de forma equitativa introduzindo um sistema real de exames nacionais.

Ao Estado compete ainda o recurso de qualquer decisão tida pela Escola respeitante ao percurso formativo de cada jovem.

Conclusão

A JSD lança assim o debate sobre liberdade de ensino, apontando algumas questões que importa reflectir sobre a presente matéria, não esgotando com isto um vasto conjunto de posições e questões que se colocam paralelamente no processo educativo e que pela sua relevância, importa também considerar e reflectir, num momento prévio a uma tomada de posição.

A Educação já não é um domínio político perfeitamente enquadrado, depositando-se na Educação expectativas face ao desenvolvimento económico dos países, à mobilidade social, ao acesso a uma vida mais confortável por parte das crianças e jovens do que as gerações anteriores, com preocupações face à equidade e procura de soluções para a exclusão social.

À Escola é hoje exigido que um conjunto demasiado complexo de competências a desenvolver seja transmitido, não apenas a crianças como também a novos públicos, e do conhecimento e sabedoria transmitidos deverão decorrer uma *performance* educativa que conheça melhoramentos significativos, face ao que tem vindo a ser conhecido nos últimos anos.

Tal exigência de funções faz com que a Escola não possa ser mais o agente único na responsabilidade formativa das sociedades modernas. A Escola deve ser o espaço de educação, mas uma educação participada e partilhada por todos, num projecto escolar definido por cada escola, que responda eficazmente as idiossincrasias de cada região, e às expectativas tão vastas quanto o número de alunos que na Escola tem formação.

As instituições escolares têm que se reformar, e autonomizar, em suma, devemos considerar uma emancipação da Escola, que tem que se relacionar em rede social com todos aqueles que poderão prestar um contributo relevante na missão fundamental da escola e do projecto formativo por ela adoptado.

A abertura a escolas privadas, promoverá a competição e a diferenciação de formação, ao mesmo tempo que fomentará a liberdade de escolha de projectos educativos.

Terá contudo que ser estabelecido um sistema de avaliação independente e transparente, que regule e acredite os modelos formativos desenvolvidos em cada escola através do seu projecto escola.

Competirá assim ao Estado regular todo o sistema de ensino, nomeadamente através de avaliações centralizadas dos estudantes, estabelecer um quadro mínimo de competências transversais a todos os alunos em cada ciclo de estudos, instituir um contrato programa com as instituições com financiamento e objectivos de cada projecto escola, garantir o recurso de todas as decisões tomadas no âmbito da autonomia da Escola.

A gestão escolar, nomeadamente no que respeita a parâmetros de contratação de pessoal docente, e na organização da escola, em especial no que respeita à gestão de recursos alocados a um projecto educativo, deve ela também sofrer uma profunda reforma, repensando papéis, e procurando trazer mais sociedade para a Escola.

Este documento estabelece os princípios orientadores da Política da JSD no domínio da Educação, mostrando-se disponível a antecipar um amplo debate sobre a matéria.

Para a JSD a Educação é uma moeda de ouro que todos temos que saber valorizar!



JSD